

Além das belezas naturais brasileiras: Urbanismo tático e processo participativo de arquitetura e urbanismo em Jardim-MS

Camila Ramos Arias

Professora do Instituto Federal do Mato Grosso do Sul, Campus Jardim-MS

Joyce Avila de Oliveira

Professora do Instituto Federal do Mato Grosso do Sul, Campus Jardim-MS

Arianny Rocha de Freitas

Aluna do Instituto Federal do Mato Grosso do Sul, Campus Jardim-MS

Elaine Roja Coronel

Aluna do Instituto Federal do Mato Grosso do Sul, Campus Jardim-MS

Abstract

This article is dedicated to the study of contemporary temporary interventions of an extensionist nature and the participatory process, as means of positive transformation of places. The contemporary society is experiencing a period that is full of traces of transience in various layers of social and economic relations, reproducing in the spaces of collective life, individualism, the feeling of hostility and superficial relationships. Historically, the Brazilian architect and planner has no commitment to concrete reality, only to a small portion of it, the bourgeois reality. Thus, it continues to reproduce hegemonic forms of control over the construction of spaces. The option for participatory design is a possible response to political and social problems involving architecture and urbanism. The change in the performance and role of the architect and urban planner would promote effective forms of popular participation, guaranteeing the autonomy of communities involved in the process of building urban spaces. This work was developed through interventions made by students and professors of the Architecture and Urbanism course of the Federal Institute of Mato Grosso do Sul, in a public free space, close to the community installed less than 20 years ago in a housing complex, in the city of Jardim-MS. The interaction between students and the community has shown that it is possible and desirable, in any project situation, the partnership between the architect's knowledge and the users' experiential knowledge. The application of

participative design methods favors a more faithful and closer architectural production to meet people's needs and expectations.

Introdução

Desde o século XX o espaço público é cada vez mais negligenciado, sendo que na segunda metade do século passado, e, mais fortemente no final do século, está em pauta a divisão do espaço público que prioriza o automóvel e não o uso do pedestre. Cabe também destacar que a sociedade contemporânea vive um período revestido de traços de transitoriedade em várias camadas das relações sociais e econômicas, reproduzindo nos espaços da vida coletiva, o individualismo, a sensação de hostilidade e as relações superficiais. O espaço público, considerando o conceito mais antigo, de espaço de lazer, de convívio, exclusivo para o pedestre, onde a vida civil e as trocas aconteciam, perde o protagonismo para os espaços de circulação dessa nova cidade.

As pequenas cidades também passam a aspirar os atuais símbolos da vida moderna, visto que estas também estão inseridas numa sociedade capitalista de consumo e possuem um papel na hierarquia urbana. Mesmo que as mudanças ocorram de maneira menos acentuada nas pequenas cidades, ainda assim elas irão incorporar os símbolos de vida moderna, restritos até então as grandes cidades.

A cidade de Jardim diferencia-se da complexidade de cidades de grande porte, tanto em termos demográficos como pela

concentração de atividades econômicas e de equipamentos urbanos. Contudo, constata-se uma homogeneização no processo de produção e organização espacial. Correa ⁽¹⁾ ressalta que é necessário considerar o contexto e o nível de complexidade de cada cidade, tendo em vista que podemos encontrar desde cidade com limite mínimo de complexidade de atividades urbanas até aquelas onde tal complexidade é bastante acentuada.

Por muito tempo os projetos contemplavam que a cidade deve dispor um espaço para o bem privado, tornando-se uma lógica natural. Somente com a consolidação da cidade industrial e de todos os problemas que se desenvolvem nela, as preocupações com a produção de espaços passam a fazer parte das preocupações de profissionais de projeto.

Segundo Fontes ⁽²⁾ esta nova forma de entender e reivindicar os espaços públicos vem sendo ampliada, por meio dos mapeamentos de novas apropriações e intervenções nos espaços, demonstrando um crescimento no interesse da cidade por parte dos cidadãos. Dessa forma, vivemos um momento de revalorização dos espaços públicos, de contestação e de resgate da vivência no espaço público. As intervenções temporárias funcionam como catalisadores de relações proximais, tanto na relação entre os indivíduos quanto na relação do indivíduo com espaço da *urbis*, atuando contra o estado de alienação em relação ao próprio lugar.

O urbanismo tático e o processo participativo

O urbanismo tático enquanto abordagem sobre o espaço público, ganhou visibilidade nos últimos dez anos. Hoje, ele representa a intervenção que visa sobretudo o engajamento social, com possibilidade de intervir sem transferência de bens materiais de alto custo, ou seja, visa intervir a um baixo custo e não é necessário que esta intervenção seja estendida mais que o necessário para o cumprimento dos objetivos.

O urbanismo tático enquanto abordagem sobre o espaço público, ganhou visibilidade nos últimos dez anos. Hoje, ele representa a intervenção que visa sobretudo o engajamento social, com possibilidade de intervir sem transferência de bens materiais

de alto custo, ou seja, visa intervir a um baixo custo e não é necessário que esta intervenção seja estendida mais que o necessário para o cumprimento dos objetivos.

O urbanismo tático, considerado por alguns autores como uma prática revolucionária, conta efetivamente com a participação da comunidade nas ações e dinâmicas do processo projetual.

O movimento parte de ações cidadãs sob a orientação do mediador arquiteto urbanista no processo que envolve diferentes atores sociais, podendo o poder público ser parceiro da sociedade civil, mas isento do papel predominante. O caráter democrático do processo é garantido, pelo meio de uma perspectiva aprofundada dos processos, na colaboração entre atores e agentes do espaço. Pensar o urbanismo taticamente significa colocar “os pés no chão” e a mão na massa, contrariamente ao tratamento da escala metropolitana e o desenvolvimento moroso do Planejamento Urbano e Regional, tem o sentido de cuidar da escala aproximada do usuário e das dinâmicas que influenciam sua relação com a cidade real. Assim, o projeto urbano tornou-se uma alternativa bem-sucedida de intervir na cidade pela redução da escala e aproximação com o cidadão, permitindo agilidade nas respostas projetuais de intervenção e maior conexão com as necessidades da comunidade envolvida.

A crítica à ausência da participação dos usuários no processo de projeto não é uma discussão recente. Friedensreich Hundertwasser no “Manifesto do mofo contra o racionalismo na arquitetura” de 1958 aprofunda sua crítica ao funcionalismo e aos conjuntos habitacionais propostos pelos arquitetos modernos. Vilaça ⁽³⁾, no Brasil, aponta algumas experiências de atuações participativas que embora apresentem diferenças entre si, assemelham-se ao formato distante da atuação da arquitetura e urbanismo modernos: Cajueiro Seco, em Recife (1960-64); a urbanização da favela de Brás de Pina (1964-1971), Rio de Janeiro; e as experiências do grupo Arquitetura Nova (dos anos 60 a 80).

Todo o processo da escolha do local, elaboração do projeto, até a construção deve

ter incondicionalmente a comunidade local no acompanhamento e controle do processo de produção dos espaços.

O estudo de caso expõe um processo aplicado a uma área livre pública próxima ao loteamento Vila Angélica, na cidade de Jardim, localizada na região sudoeste do estado de Mato Grosso do Sul (figura 1). É um dos quatro municípios que integram o complexo turístico do Parque Nacional da Serra da Bodoquena, assim como os municípios de Guia Lopes da Laguna, Bonito e Bodoquena. Esta região apresentando grande potencial para o ecoturismo devido as suas belezas naturais e também potencial no segmento do turismo histórico-cultural, pois a própria fazenda Jardim, fazenda que deu origem ao nome do município, está vinculada a um dos episódios da Guerra do Paraguai, conhecido como Retirada da Laguna. Para além das belezas naturais e de seu potencial turístico, a cidade

convive com os mesmos desafios contemporâneos de muitas cidades brasileiras, como a produção massificada de habitações populares e o descaso com as áreas públicas de convivência coletiva.

A área livre pública, na qual foram desenvolvidas as oficinas comunitárias de paisagismo e ambientação, corresponde a uma área de expansão urbana recente. Esta área corresponde a um espaço rico para o convívio urbano, visto que alguns jovens utilizam o espaço como campo de futebol quando este apresenta-se limpo e sem o mato que toma conta, conforme relato de alguns moradores que explicaram que este espaço fica muitas vezes abandonado e sem assistência da limpeza pública. Considerando a subutilização ou impossibilidade devido a grama alta deste espaço, as alunas do curso de graduação de Arquitetura e Urbanismo mobilizaram-se junto ao poder público que disponibilizou a áreas para desenvolvimento

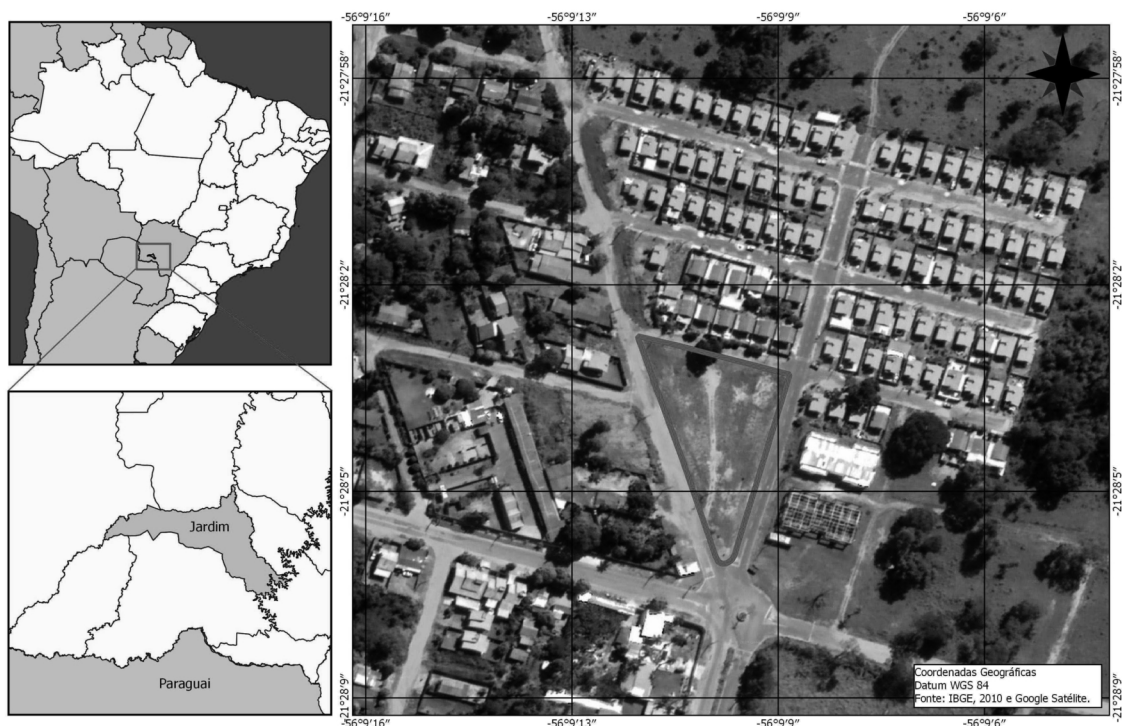


Figura 1. Mapa de localização da área de intervenção e do loteamento Vila Angélica. Fonte: Acervo das autoras.

de oficinas comunitárias visando o pensar dos espaços públicos e a possibilidade futura de neste local seja construída uma praça.

A partir desta iniciativa de urbanismo tático, o projeto participativo tomou corpo. Entendemos que o projeto deveria ser encarado e desenvolvido por meio do seu significado para seus usuários. Ao democratizar as decisões durante o processo de projeto e execução é possível gerar uma nova consciência cidadã, passando a comunidade a decidir com efetivo conhecimento de causa. Surge a partir desse processo condições para formação e aprimoramento de um novo tipo de cidadão: um cidadão ativo, participante, crítico.

Para entender os principais interesses dos moradores do loteamento Vila Angélica, foi elaborado e aplicado um questionário para entender quem eram e a quanto tempo esses munícipes residiam neste loteamento; as condições do bairro; interesse em participar das oficinas e sobre a possibilidade da construção de uma praça no local; se isso contribuiria para melhoria do ambiente de convívio entre moradores e quais espaços deveriam ser contemplado em uma praça. Foram respondidos 76 questionários.

Dentre deste programa de necessidades para utilização da área livre urbana, a maioria dos moradores consideraram que a construção de uma praça ajudaria a melhorar o convívio entre eles. Apenas 18% não considera a melhoraria no convívio, pois receiam que sem policiamento ocorrerão “ajuntamentos” de indivíduos mal-intencionados e pessoas que irão depredar os mobiliários públicos. Considerando a consulta, os espaços de uma praça que os moradores julgam ser mais importante, somente poderiam escolher 5 opções, são: 17% parquinho (pois existem muitas crianças no bairro), 14% equipamento de ginástica, 14% árvores, 14% campinho de futebol, 12% bancos para sentar, 12% local para caminhada, e 8% quadra de vôlei. As outras opções eram: 4% lugar para leitura, 3% espaço coberto e 2% palco.

Também foi realizada a observação da área livre pública, na qual registrou-se as apropriações já existentes na área, tais como os vestígios de trajetos de pedestres ao cruzar

a área, espaço utilizado para a prática de futebol e área de descanso junto à sombra da única árvore existente.

Posteriormente, foram realizadas oficinas comunitárias de paisagismo e ambientação, em dois momentos. No primeiro encontro foi apresentado o estudo e discutida a importância do convívio entre os moradores, preservação das áreas públicas e do meio ambiente. Como a comunidade possui muitas crianças, disponibilizamos bula-bulas e alimentos para que os pais pudessem participar. As crianças também foram convidadas a desenhar o que gostariam que fosse construído nesta área. O formato da área conforme a delimitação da área da figura 1, foi disponibilizada para as crianças, assim como lápis de cor e giz de cera (figura 2).

O contato com a realidade se deu por meio dos questionários, oficinas comunitárias e execução de mobiliário urbano. Cabe salientar que o processo participativo dá voz às pessoas. O esboço do projeto da praça permitiu a participação dos moradores, seus anseios.

No segundo encontro foram realizadas oficinas com plantio de mudas em cocos e foram instalados e pintados bancos de concreto, produzidos pelos alunos e professores do IFMS (figura 3). Além destas atividades também foram montados canteiros com pneus nas áreas entre as habitações.

A habitação é um fator da construção da cidade, os espaços livres entre os edificados das habitações possuem uma dimensão social importante para construção da sociedade. Esses espaços determinam e limitam a ação das pessoas, se este é atrativo e confortável à dimensão humana, a vida social nele será impulsionada e enriquecida, deixando de ser um simples espaço, e se tornando um lugar, um espaço ocupado.



Figura 2. Realização das oficinas comunitárias de paisagismo e ambientação. Fontes: Acervo das autoras.



Figura 3. Crianças pintando banco de concreto instalados e produzidos pelos alunos e professores do IFMS
Fonte: Camila Ramos Arias

Algumas Considerações

O debate em torno das políticas de urbanização possui grande expressividade na produção acadêmica crítica sobre os processos de urbanização das cidades brasileiras. Este artigo pretendeu apresentar a atuação em formato de projeto de extensão de uma ação que partiu dos alunos em atuar de forma prática, em contato direto com a comunidade. A proposta de projeto da praça, que foi desenvolvida no processo participativo com a comunidade, foi apresentada ao Poder Público, almejando a sua execução. Para a comunidade ficaram as marcas permanentes, mesmo que por meio de pequenas ações (oficinas de paisagismo e ambientação) podendo suscitar a manifestação da amabilidade.

O que define a abordagem tática é o baixo custo de implementação das soluções projetuais, buscando muitas vezes na própria comunidade e no seu entorno imediato os meios financeiros e sociais para realizar a intervenção. O urbanismo tático aposta em uma visão experimental do projeto, entendendo e assumindo sua transitoriedade mais do que seu caráter de permanência, como é comum ao objeto arquitetônico. Não que toda intervenção tática seja temporária, mas trabalha com o fator tempo de forma dinâmica e compreende que o desenho precisa ser apropriado e alterado pela população para que seja efetivamente adotado por ela (figura 4).



Figura 4. Intervenções temporárias tem o potencial de motivar transformações permanentes nos lugares. Criança regando os canteiros ao final da ação. Fonte: Camila Ramos Arias

Num momento em que a participação popular nas tomadas de decisão sobre a cidade parece consolidar-se culturalmente, são muito bem-vindos os exemplos de engajamento capazes de promover mudanças efetivas na qualidade de vida dos cidadãos. Tornar a arquitetura acessível é um processo longo e delicado. É necessária a conscientização do papel social da arquitetura, que começa dentro das escolas (figura 5).



Figura 5. Aluna, marido e morador na construção de pergolado e canteiros de hortaliças em pneus | Fonte: Camila Ramos Arias

Não se pretendeu oferecer novas verdades, mas visibilidade ao fato de que é possível e desejável, em qualquer situação projetual, a parceria entre o conhecimento do arquiteto e o saber vivencial dos usuários. A expectativa deste trabalho repousa no potencial que a experiência proposta tem no apoio à escolha e à aplicação de métodos participativos de projeto, favorecendo uma produção arquitetônica mais fiel e aproximada ao atendimento das necessidades e expectativas das pessoas.

Notes

1. CORREA, Roberto Lobato. O espaço urbano. 4 ed. São Paulo. Ática SA, 1989.
2. FONTES, Adriana Sansão. Intervenções Temporárias, Marcas Permanentes. Rio de Janeiro: Faperj Casa da Palavra, 2013.
3. VILAÇA, Ícaro. Arquitetura e participação: experiências críticas ou alternativas pioneiras. São Paulo, Escola da Cidade, 28 set. 2016 <www.ct-escoladacidade.org/contradutas/editorias/trabalho-e-arquitetura/arquitetura-e-participacao-experiencias-criticas-ou-alternativas-pioneiras>.